

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia atentamente o texto abaixo e responda, em seguida, às questões propostas.

A ilusão é a percepção deformada de um objeto real e presente. Por si mesma, a ilusão não constitui sintoma de doença mental. Em determinadas condições, entre as quais se incluem os estados emocionais mais ou menos intensos e a falta de atenção, podem ser observadas ilusões até mesmo em pessoas normais. A emoção tem o poder de transformar ilusoriamente nossas percepções. Diz-se comumente que não há lobos pequenos, todos são enormes, porque o medo intervém na apreciação das dimensões. Um estado emocional patológico pode intensificar ao máximo a tendência às ilusões.

Nos doentes mentais, as ilusões são devidas à perturbação da atenção, a influências emocionais e a alterações da consciência. No meio hospitalar, observa-se que certos pacientes têm uma tendência acentuada para apresentar fenômenos ilusórios. Exemplos: às vezes, um cobertor abandonado sobre o leito, uma toalha pendurada são percebidos como figuras humanas. O martelo de percussão é confundido com um instrumento ameaçador. Muitos enfermos angustiados não permitem que se tome a pressão arterial, porque vêem no tensiômetro um instrumento perigoso, que pode ocasionar a morte. Alguns doentes manifestam receio das lâmpadas do teto, pois nelas vêem olhos ou aparelhos que emitem raios elétricos. Entre os equívocos sensoriais relacionados com o aparelho auditivo, observa-se com frequência o seguinte: numa conversação entre pessoas que se encontram próximas do doente, especialmente se realizada em voz baixa, este ouve frases relacionadas com a sua pessoa; também é comum que, no ruído da rua, o doente ouça injúrias e ameaças.

(Adaptado de PAIM, Isaias. *Curso de psicopatologia*. 3 ed. São Paulo, Editora Grijalbo, 1976, p. 31.)

01. A leitura do texto revela, a respeito da ilusão, o seguinte fato:
 - A) A percepção humana pode ser influenciada pelas emoções.
 - B) Os equívocos sensoriais só ocorrem em casos de ilusão auditiva.
 - C) Há, no meio hospitalar, pacientes que se guiam pela ilusão alheia.
 - D) Confundir cobertores pendurados com seres humanos é prova de ilusão patológica.
02. Dentre as evidências da ilusão auditiva, o texto apresenta a seguinte:
 - A) Má interpretação de frases que não foram pronunciadas.
 - B) Falsa percepção de frases que não foram pronunciadas.
 - C) Compreensão real de frases ofensivas ou injuriosas.
 - D) Deturpação de frases ofensivas ou injuriosas.
03. Dentre as causas da ilusão, o texto só não cita a seguinte:
 - A) falta de atenção;
 - B) fatores emocionais;
 - C) distúrbios orgânicos;
 - D) alterações da consciência.

04. A estrutura do primeiro parágrafo do texto é erigida segundo o seguinte plano:
 - A) Parte de um exemplo para chegar à fundamentação apresentada no segmento final.
 - B) Inicia com uma definição posteriormente ratificada pela exposição de idéias conexas.
 - C) Conclui a digressão sobre o tema central retomando a mesma idéia presente na frase inicial.
 - D) Utiliza idéias antagônicas e secundárias que se sobrepõem ao tema inicialmente apresentado.
05. O exemplo do martelo de percussão serve para:
 - A) relatar casos concretos de ilusão equívoca em pacientes;
 - B) comprovar a importância da ilusão para o paciente;
 - C) ilustrar casos de ilusão visual em alguns pacientes;
 - D) demonstrar o medo excessivo de alguns pacientes.
06. Dentre as inferências abaixo relacionadas, a que **não** se pode abstrair do texto é:
 - A) A ilusão moderada pode ser intensificada por motivos patológicos.
 - B) O medo pode influenciar na percepção da realidade e provocar ilusões.
 - C) Há grande tendência de que pacientes sofram de ilusões no meio hospitalar.
 - D) Somente enfermos angustiados não permitem que se tome a pressão arterial.
07. “Exemplos: às vezes, um cobertor abandonado sobre o leito, uma toalha pendurada são percebidos como figuras humanas. O martelo de percussão é confundido com um instrumento ameaçador.”
Esse trecho do texto estaria mais bem pontuado caso se procedesse à seguinte substituição:
 - A) Do ponto pelo ponto-e-vírgula após a expressão **figuras humanas**.
 - B) Dos dois-pontos pelo travessão após a palavra **Exemplos**.
 - C) Dos dois-pontos pela vírgula após a palavra **Exemplos**.
 - D) Da vírgula pelo ponto-e-vírgula após a palavra **leito**.
08. A palavra **freqüência**, presente no texto, é grafada com trema para marcar a pronúncia da semivogal. Dentre as palavras abaixo, a que também se inclui nesse caso é:
 - A) exangue;
 - B) aguentar;
 - C) distinguir;
 - D) equacionar.

09. “O martelo de percussão é confundido com um instrumento ameaçador.”
Em voz ativa, essa frase do texto seria escrita da seguinte maneira:
- Confunde-se o martelo de percussão com um instrumento ameaçador.
 - Um instrumento ameaçador confundiu-se com o martelo de percussão.
 - Confundem o martelo de percussão com um instrumento ameaçador.
 - Um instrumento ameaçador é confundido com o martelo de percussão.
10. Cada frase abaixo transcrita é reescrita com pequenas alterações. A alternativa em que a alteração influi no significado original do texto é:
- Em determinadas condições, entre as quais se incluem os estados emocionais mais ou menos intensos e a falta de atenção, podem ser observadas ilusões até mesmo em pessoas normais.
Em determinadas condições, nelas incluídos os estados emocionais mais ou menos intensos e a falta de atenção, podem ser observadas ilusões até mesmo em pessoas normais.
 - No meio hospitalar, observa-se que certos pacientes têm uma tendência acentuada para apresentar fenômenos ilusórios.
No meio hospitalar, observa-se que certos pacientes tendem acentuadamente a apresentar fenômenos ilusórios.
 - Muitos enfermos angustiados não permitem que se tome a pressão arterial.
Muitos enfermos angustiados não permitem seja tomada a pressão arterial.
 - Por si mesma, a ilusão não constitui sintoma de doença mental.
Por si mesma, a ilusão desconstitui o sintoma de doença mental.
11. Há má construção gramatical quanto à concordância em:
- Os médicos consideravam inevitável nos pacientes pequenas alterações psicológicas.
 - As internações por si só já causam certos distúrbios psicológicos aos pacientes.
 - Uma e outra alteração psicológica podem afetar os pacientes hospitalizados.
 - Distúrbios e alterações psicológicos são normais em pacientes hospitalares.
12. “Nos doentes mentais, as ilusões são devidas à perturbação da atenção, a influências emocionais e a alterações da consciência.”
Reescreve-se essa frase do texto em cada alternativa abaixo. A que está mal construída no que diz respeito à pontuação é:
- As ilusões são devidas à perturbação da atenção, a influências emocionais e a alterações da consciência nos doentes mentais.
 - As ilusões nos doentes mentais, são devidas à perturbação da atenção, a influências emocionais e a alterações da consciência.
 - Perturbação da atenção, influências emocionais e alterações da consciência: a tais fatos são devidas as ilusões nos doentes mentais.
 - Nos doentes mentais, as ilusões são devidas aos seguintes fatos: perturbação da atenção, influências emocionais e alterações da consciência.

13. “Alguns doentes manifestam receio das lâmpadas do teto, pois nelas vêem olhos ou aparelhos que emitem raios elétricos.”

Reescreve-se essa frase do texto em cada alternativa abaixo mediante inclusão de um pronome relativo. A nova redação não é bem sucedida do ponto de vista gramatical em:

- Alguns doentes manifestam receio das lâmpadas do teto, com que confundem olhos ou aparelhos que emitem raios elétricos.
- Alguns doentes manifestam receio das lâmpadas do teto, a que se referem como olhos ou aparelhos que emitem raios elétricos.
- Alguns doentes manifestam receio das lâmpadas do teto, em que encontram olhos ou aparelhos que emitem raios elétricos.
- Alguns doentes manifestam receio das lâmpadas do teto, de que imaginam olhos ou aparelhos que emitem raios elétricos.

14. Dentre as frases abaixo, a que apresenta sinal indicador da crase indevido é:

- Estas teses sobre a ilusão, à primeira vista, nada acrescentam ao que já se lê nos estudos antigos.
- À terapia convencional preferem os médicos novas condutas que combatam as ilusões patológicas.
- Minha experiência revela que à ilusão não se pode combater senão com o tratamento psicológico.
- A referência a doenças mentais ligadas às ilusões marcou o congresso de medicina do mês passado.

15. Reescreve-se em cada alternativa abaixo uma frase do texto mediante inclusão de um pronome pleonástico. A nova redação não é bem sucedida em:

- Um estado emocional patológico pode intensificar ao máximo a tendência às ilusões.
A tendência às ilusões, um estado emocional patológico pode intensificá-las ao máximo.
- A emoção tem o poder de transformar ilusoriamente nossas percepções.
Nossas percepções, a emoção tem o poder de transformá-las ilusoriamente.
- Diz-se comumente que não há lobos pequenos, todos são enormes.
Lobos pequenos, diz-se comumente que não os há, todos são enormes.
- Por si mesma, a ilusão não constitui sintoma de doença mental.
Sintoma de doença mental, a ilusão não o constitui por si mesma.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

16. O arquiteto Rubens Porto, assessor técnico do Conselho Nacional do Trabalho, responsável pela normatização e aprovação de procedimentos dos IAPs (Instituto de Aposentadoria e Pensões), revelava clara inclinação por soluções mais modernas, propondo o seguinte modelo de conjunto residencial fortemente influenciado por Le Corbusier:

- A) processos de construção racionalizada – uso de Pilotis
- B) construção de casas isoladas – eliminação de ornamentos
- C) adoção de apartamentos duplex – blocos sem limitação de altura
- D) construção de pequenos blocos – projetos capazes de simplificar os processos construtivos

17. “As casas proletárias ainda são em pequeno número e de preço elevado, em relação às posses dos empregados”.

Dei instruções para que, sem prejuízo das construções isoladas, estude e projete núcleos de habitações modestas e confortáveis.

Adquiram-se grandes áreas de terreno e, se for preciso, que se desapropriem as mais vantajosas; que se levem em consideração os meios de transportes; que se racionalizem os métodos de construção; que se adquiram os materiais, diretamente, do produtor; tudo enfim, de modo a obter, pelo menor preço, a melhor casa.”

O discurso que revela claro empenho em racionalizar a construção e reduzir seus custos foi proferido por:

- A) Engenheira Carmem Portinho – Diretora do Departamento de Habitação Popular
- B) Arquiteto Afonso Eduardo Reidy
- C) Presidente Jucelino Kubistchek
- D) Presidente Getulio Vargas

18. O conjunto residencial mais conhecido do Brasil, projetado pelo arquiteto Afonso Eduardo Reidy e o único a merecer destaque na história da Arquitetura Brasileira, é o denominado:

- A) Prefeito Mendes de Moraes
- B) Marquês de São Vicente
- C) Armando Arruda Pereira
- D) Realengo

19. As 105 unidades habitacionais sobrepostas, construídas em 1906 pela Prefeitura do Distrito Federal no Rio de Janeiro, foram as primeiras moradias promovidas pelo setor público do país.

Foi uma resposta política do governo de Pereira Passos, que vinha sofrendo fortes críticas por ter despejado milhares de pessoas para a abertura da Avenida Central. O nome dessa Vila Operária era:

- A) Confiança
- B) Matarazzo
- C) América Fabril
- D) Salvador de Sá

20. O arquiteto francês Grandjean de Montigny, que esteve no Rio de Janeiro a convite de D. João VI, integrando a missão artística francesa, foi o autor do projeto e o fundador da seguinte instituição:

- A) Escola de Belas Artes
- B) Biblioteca Nacional
- C) Palácio do Paço
- D) Jardim Botânico

21. O projeto do Arquiteto Victor Dubugras para o Teatro Municipal do Rio de Janeiro teria sido sua obra-prima e forneceria a melhor síntese de suas sucessivas tendências. Todavia obteve apenas o segundo lugar no concurso realizado em 1904, sendo preterido pelo projeto do filho do prefeito do Distrito Federal, que na época era:

- A) Carlos Sampaio
- B) Pereira Passos
- C) Paulo de Frontin
- D) Mendes de Moraes

22. O concurso de anteprojeto para o edifício do Ministério da Educação e Saúde, realizado em 1935, foi ganho por Archimedes Memória; no entanto o Ministro de Educação Gustavo Capanema decidiu não executar o projeto vencedor, convidando o Arq. Lucio Costa, um dos participantes desclassificados para apresentar novo projeto. Tendo como consultor Le Corbusier, Lucio Costa realizou o trabalho com Oscar Niemeyer e Jorge Moreira, além dos seguintes arquitetos:

- A) Rino Levi, Afonso Reidy e Carlos Leão
- B) Rino Levi, Atílio Correa Lima e Carlos Leão
- C) Afonso Reidy, Carlos Leão e Ernanni Vasconcellos
- D) Marcelo Roberto, Atílio Correa Lima e Ernanni Vasconcellos

23. O monumento aos mortos da 2ª Guerra Mundial, construído no período 1956 a 1960, respeitou ao máximo a paisagem, integrando a arquitetura a paisagem natural. O projeto foi desenvolvido pelos seguintes arquitetos:

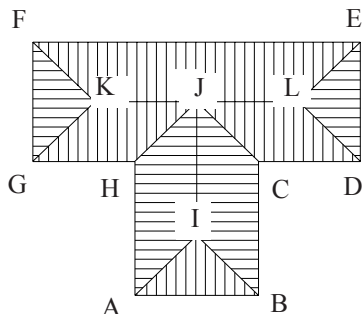
- A) Helio Ribas Marinho e Afonso Eduardo Reidy
- B) Marcos Konder Netto e Helio Ribas Marinho
- C) Helio Modesto e Marcos Konder Netto
- D) Marcelo Roberto e Hélio Modesto

24. No diagrama abaixo, identifique os seguintes elementos, considerando que:

1 = espigão

2 = rincão

3 = cumeeira



- A) 1 = BI, 2 = FK, 3 = JL
 B) 1 = DL, 2 = HJ, 3 = BI
 C) 1 = CJ, 2 = EL, 3 = KL
 D) 1 = AI, 2 = CJ, 3 = IJ
25. Define-se cambota como:
- A) a moldura ou faixa decorativa na face de um arco e que acompanha a curva do intradorso
 B) a distância entre a linha de nascença e o ponto mais elevado intradorso de um arco
 C) a estrutura temporária destinada a sustentar um arco ou abóbada de alvenaria
 D) o ponto em que um arco, abóbada ou cúpula se eleva de seu suporte
26. Um dos elementos indispensáveis em qualquer construção, por melhor que seja o projeto, é o Caderno de Encargos, que consiste em:
- A) descrição detalhada de todos os trabalhos a serem executados
 B) edital de Concorrência e Tabela de Preços Unitários
 C) memorial descritivo e especificações
 D) plantas detalhadas do projeto
27. O Plano Urbanístico Básico – PUB-RIO definiu, para fins de intervenção urbanística, diversas áreas de planejamento, cujo número foi posteriormente alterado. O número de áreas criadas pelo PUB-RIO foi:
- A) 4
 B) 5
 C) 6
 D) 8

28. O bairro que originou o primeiro Projeto de Estruturação Urbana – PEU foi:
- A) Ilha do Governador
 B) Madureira
 C) Botafogo
 D) Urca
29. Na Documentação Técnica exigida nas licitações, as exigências mínimas relativas a instalações de canteiros, máquinas, equipamentos e pessoal técnico especializado, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação, serão atendidas mediante a apresentação de relação explícita e do seguinte documento:
- A) localização prévia dos canteiros das obras
 B) declaração formal de sua disponibilidade
 C) provas da contratação do pessoal técnico especializado
 D) certificado de propriedade das máquinas e equipamentos
30. Um percentual do valor de um contrato pode ser exigido como prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras. A prestação de garantia não deverá exceder a uma porcentagem do valor do contrato, podendo esta porcentagem ser elevada até o dobro nos casos de obras, serviços e fornecimento de grande vulto. Este percentual do valor do contrato é de:
- A) 15 % (quinze por cento)
 B) 10 % (dez por cento)
 C) 5 % (cinco por cento)
 D) 2 % (dois por cento)
31. Sem convocação para a contratação, os licitantes ficam liberados dos compromissos assumidos, após decorrido o seguinte número de dias, a contar da data da entrega das propostas:
- A) 30 (trinta) dias
 B) 60 (sessenta) dias
 C) 90 (noventa) dias
 D) 120 (cento e vinte) dias
32. O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras até um percentual do valor inicial do contrato e, no caso particular de reforma, até o limite do dobro daquele percentual para os acréscimos.
- O percentual em referência é de:
- A) 10% (dez por cento)
 B) 20% (vinte por cento)
 C) 30% (trinta por cento)
 D) 25% (vinte e cinco por cento)

33. É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras de pronto pagamento, assim entendidas aquelas de valor não superior à percentagem do limite estabelecido para a licitação por convite para compras e serviços, feitas em regime de adiantamento. Esta percentagem corresponde a:

- A) 2% (dois por cento)
- B) 5% (cinco por cento)
- C) 10% (dez por cento)
- D) 30% (trinta por cento)

34. O coeficiente de aproveitamento básico de um terreno é a relação entre:

- A) a área edificável e a área do terreno
- B) a área edificável e a área não edificável do terreno
- C) a área da projeção de uma edificação e a área do terreno
- D) a área do terreno e a área resultante da aplicação da taxa de ocupação

35. Quando um imóvel urbano for necessário à preservação por ser considerado de interesse histórico, ambiental, paisagístico, social ou cultural, o proprietário pode, conforme prevê a Lei do Estatuto da Cidade, fazer uso do seguinte diploma:

- A) operação urbana consorciada
- B) transferência do direito de construir
- C) transferência do direito de superfície
- D) outorga onerosa do direito de construir

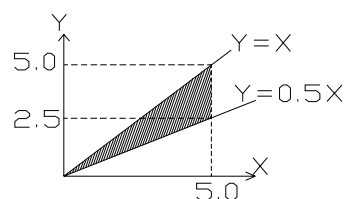
36. Uma fundação com estacas é classificada como:

- A) direta
- B) indireta
- C) baldrame
- D) superficiais

37. A derivada dy/dx da função $y = 5x^3 + 2x$ é igual a:

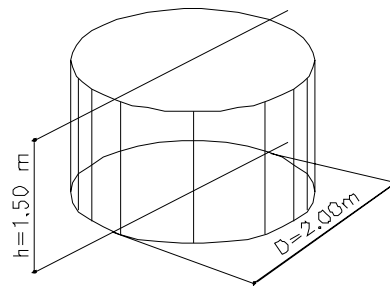
- A) $dy/dx = 15x^2 + 2$
- B) $dy/dx = 10x^2 + 4$
- C) $dy/dx = 5x^2 + 2x$
- D) $dy/dx = 15x^3 + 4x^2$

38. A área indicada entre duas retas da figura corresponde a:



- A) 8,50 m²
- B) 7,45 m²
- C) 6,25 m²
- D) 5,85 m²

39. O volume, em m³, da caixa d'água representada na figura é de:



- A) 5,28
- B) 4,71
- C) 3,82
- D) 3,00

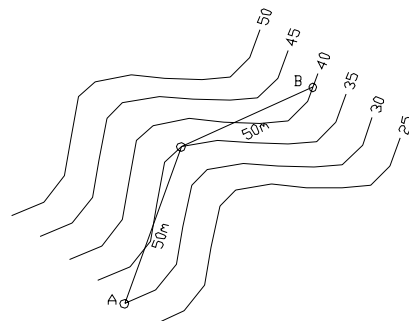
40. Numa instalação de esgoto sanitário predial, a função de um ralo sinfonado é:

- A) receber esgoto primário
- B) ventilar a instalação de esgoto
- C) permitir a inspeção às instalações de esgoto
- D) fazer a transição do esgoto secundário para o primário

41. A fórmula idealizada pelo arquiteto francês Blondell para se projetar uma escada, que determina o espelho (h) em função da profundidade do degrau (p), é representada pela seguinte expressão:

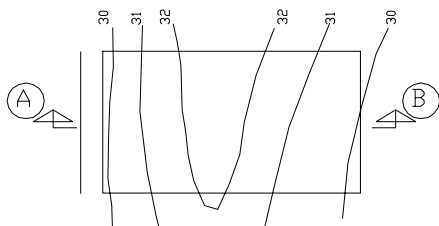
- A) $2p + h = 0,67m$
- B) $2p + h = 0,68m$
- C) $2h + p = 0,63m$
- D) $h + 2p = 0,42m$

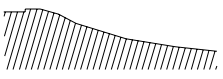
42. Para via indicada na topografia da figura abaixo, o percentual da inclinação média entre os pontos A e B (níveis em metros) é:

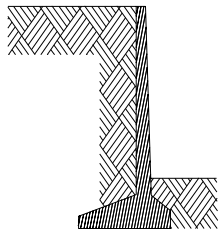


- A) 5%
- B) 10%
- C) 20%
- D) 25%

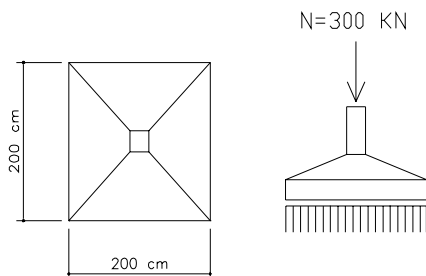
43. Considerando a figura abaixo que mostra a topografia de um terreno, o corte que corresponde ao corte AB está representado em:



- A) 
- B) 
- C) 
- D) 
44. O muro de arrimo indicado na figura abaixo é classificado como:



45. Considere que, na figura abaixo, a carga do pilar é centrada e igual a 300kN. A tensão média no solo sob a sapata corresponde a:



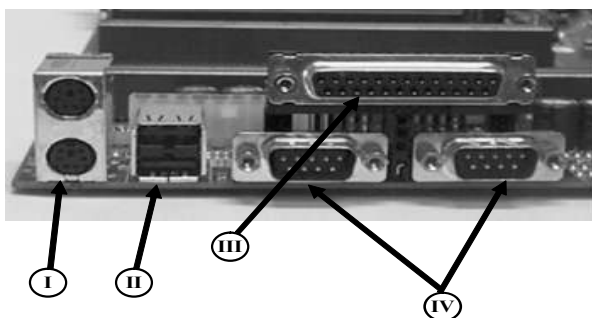
- A) 30kN/m²
 B) 75kN/m²
 C) 150kN/m²
 D) 300kN/m²
46. O traço, em peso 1:2:3, de um concreto indica que, para um saco de cimento de 50kg, consome-se, respectivamente, de areia e de brita:
- A) 200kg e 300kg
 B) 200kg e 150kg
 C) 100kg e 150kg
 D) 50kg e 150kg
47. Os números indicados no gráfico de uma sondagem de reconhecimento do subsolo com penetrômetro dinâmico com amostrador SPT indica:
- A) a tensão admissível pelo solo
 B) o grau de compactação das areias
 C) as dimensões necessárias para as sapatas
 D) a quantidade de golpes para penetrar 15 cm no solo
48. Define-se Ensaio de Abatimento como um:
- A) método para se determinar a consistência e a plasticidade do concreto recém-misturado, também denominado de *slump test*
 B) ensaio de compressão de um cilindro extraído de uma estrutura endurecida de concreto, normalmente por meio de uma perfuração da mesma
 C) método para se definir a relação entre as quantidades de água de amassamento e cimento em um volume unitário de mistura de concreto ou argamassa
 D) procedimento que visa a determinar a resistência à compressão de um lote de concreto para se medir a carga máxima que um cilindro de ensaio é capaz de suportar em compressão axial, até se romper
49. A superfície gerada pelo deslocamento de uma parábola de curvatura descendente ao longo de uma parábola de curvatura ascendente chama-se parabolóide do tipo:
- A) circular
 B) elíptico
 C) hiperbólico
 D) translacional
50. Estrutura estaiada consiste em:
- A) estrutura de cabos suspensos e pré-tensionados, colocados entre elementos de compressão
 B) estrutura suspensa que possui conjuntos de cabos superiores e inferiores de curvatura diferentes
 C) estrutura suspensa, composta por um campo de cabos entrecruzados de curvaturas diferentes e, via de regra, opostas
 D) estrutura com mastros verticais ou inclinados, a partir dos quais se estendem cabos, a fim de sustentar elementos horizontais, segundo um padrão paralelo ou radial

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

51. Um micromputador da linha CISC possui 512 MBytes de memória, que apresenta a volatilidade como característica, o que significa dizer que o conteúdo armazenado é totalmente perdido quando cessa a alimentação elétrica. Esta memória é conhecida como:

- A) HD
- B) RAM
- C) ROM
- D) CACHE

52. Observe a figura abaixo, que mostra interfaces de conexão existentes no gabinete de um microcomputador.



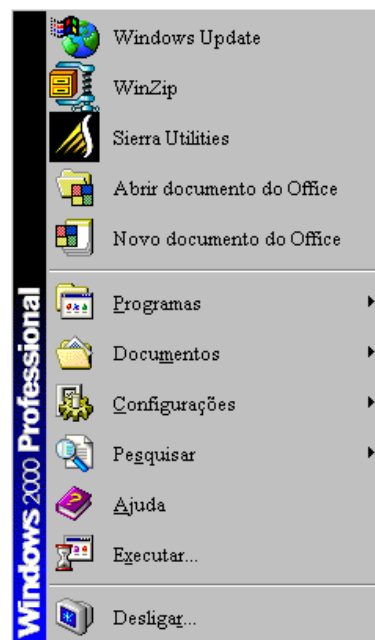
As interfaces indicadas por I, II, III e IV são denominadas, respectivamente por:

- A) SERIAL, PARALELA, USB e PS/2
- B) PS/2, USB, SERIAL e PARALELA
- C) PARALELA, SERIAL, PS/2 e USB
- D) PS/2, USB, PARALELA e SERIAL

53. No ambiente de microinformática, um *software* é bastante utilizado na compactação de arquivos e outro, no gerenciamento de *download* na interação com a Internet. São exemplos desses tipos de *software*, respectivamente:

- A) Mozilla e McAfee
- B) BraZip e WinFTP
- C) WinZip e Getright
- D) ZoneAlarm e Kazaa

54. Observe a figura que representa o menu de opções do Windows 2000 Professional.



Para mostrar este menu na tela do monitor de vídeo, deve-se acionar o botão  **Iniciar** ou, de modo alternativo, o seguinte atalho de teclado:

- A) <Alt> + <Tab>
- B) <Alt> + <Esc>
- C) <Ctrl> + <Tab>
- D) <Ctrl> + <Esc>

55. Um funcionário da Prefeitura Municipal da Cidade do Rio de Janeiro está digitando um texto no ambiente Word, na versão em português. Em dado momento, aciona a tecla de atalho **<Ctrl> + U**. O acionamento desta tecla significa que o funcionário irá realizar, no texto, uma ação associada a uma tarefa do menu **Editar** denominada:

- A) Copiar
- B) Desfazer
- C) Substituir
- D) Pesquisar

56. Estando com uma planilha aberta no Excel, um usuário inseriu a fórmula **=MOD(H1;5)** na célula **B4**. Considerando que na célula **H1**, está armazenado o conteúdo **17**, o resultado mostrado em **B4** será:

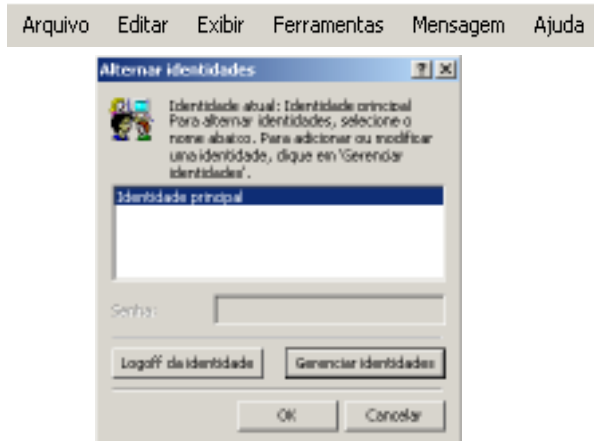
- A) 3
- B) 2
- C) 1
- D) 0

57. Para exibir uma apresentação que esteja aberta na área de trabalho do PowerPoint, um usuário deve

acionar o ícone  ou pressionar a tecla:

- A) F5
- B) F7
- C) F9
- D) F11

58. Observe as figuras, que se referem ao menu principal e a uma janela para gerenciamento de contas no Outlook Express.



Para acionar essa janela, deve-se escolher a seguinte opção de menu:

- A) Ferramentas
- B) Mensagem
- C) Arquivo
- D) Exibir

59. Ao utilizar o **browser Internet Explorer**, versão 6 em português, um usuário necessita, em dado instante, atualizar o conteúdo da página mostrada na tela. Para isso, deve teclar **F5** ou pressionar, com o ponteiro do mouse, o seguinte ícone:

- A) 
- B) 
- C) 
- D) 

60. Para proteger os dados e garantir a integridade das informações armazenadas em um microcomputador, deve-se executar periodicamente o *backup*, que é o nome dado à geração de cópias de segurança. Dentre as mídias atualmente empregadas nessa atividade, um usuário deve utilizar:

- A) BIOS, DVD, disquetes ou fitas DAT
- B) disquetes, fitas DAT, CD/R ou CD/RW
- C) fitas STREAM, DVD, BIOS ou memória cache
- D) memória cache, CD/R, CD/RW ou fitas STREAM

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO DE ARQUITETO NA PGM

61. Segundo os modelos neoclássico-liberais, o Estado deveria ter uma participação neutra no contexto urbano. Por outro lado, num cenário capitalista, o Estado expressa o seu interesse, que se reflete na modelagem do espaço das cidades. Analisando o caso brasileiro, vemos que, na década de 70, a reprodução do capital teve no Estado um agente propulsor. Nesse contexto, buscando conhecer e avaliar o processo de estruturação urbana da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, segundo Maurício Abreu, deve-se adotar, para sua análise, o seguinte ponto de partida:

- A) a formação social
- B) o modo de produção
- C) o espaço econômico e social
- D) a conjuntura político-econômica

62. O planejamento econômico sempre teve um papel preponderante nos planos do governo no Brasil. O planejamento social e o planejamento físico-territorial, muitas vezes, foram utilizados como meios para que a meta econômica fosse atingida. Os agentes modeladores do espaço, na verdade, foram sempre atrelados às políticas econômicas. A cidade do Rio de Janeiro foi objeto de vários planos e, um deles, tentando alcançar objetivos econômicos e sociais teve, como proposta principal, intervenções físicas, estruturando a cidade em áreas independentes. Tal plano é denominado:

- A) Plano Agache
- B) Plano Doxiadis
- C) Plano de Realizações
- D) Plano Urbanístico Básico

63. A construção de prédios com uso exclusivo de garagem ou com predominância de pavimentos-garagem é proibida por Lei na seguinte Zona:

- A) Especial 5
- B) Residencial 2
- C) de Preservação Ambiental
- D) Especial do Corredor Cultural

64. O Plano Diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana. Constitui um processo permanente de planejamento para todo o território municipal. Segundo o Estatuto da Cidade, faz parte de seu conteúdo mínimo:

- A) a identificação da parcela do solo urbano destinado à aplicação do conceito de solo criado
- B) a definição de programas de regularização fundiária e habitação de interesse social
- C) a delimitação das áreas urbanas onde poderá ser aplicado o parcelamento, edificação ou utilização compulsórios
- D) a definição de locais e finalidades que tornam obrigatória a transferência ou a cessão onerosa do direito de construir

- 65.** Questões judiciais relacionadas à legislação urbanística e que envolvem a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro são comuns. Nesses casos, a Procuradoria, acionada, designa um arquiteto para acompanhar cada Ação. Considere-se uma Ação Rescisória promovida pelo Ministério Público e por uma Associação de Moradores contra uma Construtora e o Município. Nesta Ação, o Perito nomeado por um dos Grupos de Câmaras Cíveis do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, em seu laudo, apresenta, no âmbito dos aspectos técnicos da questão, afirmações incompletas, prejudiciais ao bom entendimento do problema. Tratando-se de uma questão que envolve a legislação urbanística, por vezes tais aspectos se misturam aos aspectos jurídicos. Neste caso, o arquiteto designado para acompanhar esta Ação deve priorizar em seu parecer:
- a interpretação do laudo do perito em face dos possíveis prejuízos ao objeto da Ação
 - os aspectos técnicos estritamente ligados à sua qualificação profissional
 - os aspectos técnicos e éticos da legislação urbanística
 - a análise de pareceres anteriores
- 66.** O Decreto nº 322/76, em linhas gerais, aprovou um novo zoneamento, que permitiu, praticamente em toda a cidade do Rio de Janeiro, a construção de prédios encostados nas divisas com 5 (cinco) pavimentos e de prédios afastados das divisas com 18 (dezoito) pavimentos. Esta legislação, de certa forma, “homogeneizou” brutalmente a configuração físico-espacial da cidade. As características do espaço urbano dos bairros terminaram por ceder espaço a essa tipologia de edificação, que propicia o extremo aproveitamento econômico dos terrenos. Muitas alterações foram feitas no Decreto nº 322 ao longo dos anos. As alterações mais significativas quanto ao zoneamento e tipologias de edificação foram feitas através de:
- Projetos Rio-Cidade
 - Projetos de Urbanização
 - Projetos de Estruturação Urbana
 - Projetos Aprovados de Alinhamento e Loteamento
- 67.** O Estatuto da Cidade, esperança de mudança positiva no cenário urbano, reforça a atuação do poder público local com poderosos instrumentos, tendo em vista a solução ou minimização dos problemas das cidades brasileiras. O Plano Diretor, instrumento básico da política de desenvolvimento urbano, é um importante documento de governo. Durante sua elaboração, travam-se discussões sobre temas de interesse coletivo com a participação de diversos atores, a população envolvida, os técnicos, os vereadores, os empresários. Entre os instrumentos previstos pelo Plano Diretor, que visam à melhoria da distribuição dos benefícios e dos ônus do processo de urbanização, destaca-se:
- usucapião especial coletiva
 - estudo de impacto de vizinhança
 - transferência do direito de propriedade
 - parcelamento, edificação ou utilização compulsórios
- 68.** As cidades permanecem além dos governos, da sociedade, do tempo de crise e de dificuldades. Terras públicas das quais se perdeu a referência por ausência de titulação e que não receberam ainda qualquer uso público são denominadas:
- devolutas
 - desprezadas
 - desocupadas
 - discriminadas
- 69.** O Direito de Superfície, regulamentado pela Lei nº 10.257/2001, “abrange o direito de utilizar o solo, o subsolo ou o espaço aéreo relativo ao terreno, na forma estabelecida no contrato respectivo, atendida a legislação urbanística”. O adquirente deste direito fica então responsável por utilizá-lo de acordo com as exigências urbanísticas para a área onde está inserido o terreno. Percebe-se que a proposição deste instrumento visa a estimular a utilização de terrenos urbanos ociosos. Para dar maior flexibilidade à sua aplicação, o Direito de Superfície pode ser transferido a:
- terceiros, desde que haja interesse público
 - terceiros, obedecidos os termos do contrato respectivo
 - herdeiros do adquirente inicial, sendo proibidas alterações nos termos do contrato respectivo
 - herdeiros do adquirente inicial, desde que estabelecido por este em documento lavrado em cartório
- 70.** Sob a alegação de que a legislação que regulamentava o licenciamento de hotéis-residência estava se tornando prejudicial à Comunidade e que era imperioso um reexame da matéria de modo a adequá-la ao interesse da Cidade do Rio de Janeiro, a Prefeitura, pelo Decreto nº 4569/84, revogou as normas edilícias permissivas de construção de hotéis-residência em todas as Regiões Administrativas. Quinze anos depois, em 1999, foi aprovada a polêmica Lei nº 41/99, de abrangência municipal, permitindo a construção de hotéis-residência em todas as “zonas ou subzonas em que a legislação em vigor permita a construção de edificações multifamiliares”, atendendo aos mesmos parâmetros urbanísticos que regem essas edificações (multifamiliares), à exceção de número máximo de unidades, área útil mínima e exigência de vagas para veículos. A mesma Lei estabelece, ainda, que “o hotel-residência ficará isento da obrigatoriedade da altura de doze metros para edificações coladas nas divisas”. Esta determinação foi inicialmente estabelecida pela seguinte legislação:
- Plano Diretor Decenal
 - Lei Orgânica Municipal
 - Projeto de Estruturação Urbana do Leblon
 - Regulamento de Construção de Edificações Multifamiliares

- 71.** O bairro do Catumbi já foi objeto de vários projetos, sendo o mais radical deles o Plano de Renovação Urbana, elaborado pela SEPE, em 1966, quando ali foram propostas várias ações de desapropriação de imóveis particulares. Em 1991, por reivindicação da Associação de Assistência e Orientação dos Moradores do Catumbi, foi criado, na Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente, o Grupo de Trabalho para Revitalização do Catumbi. A situação fundiária do bairro continuava complexa, pois muitas das ações expropriatórias ainda não estavam concluídas. Para atender aos objetivos do projeto de revitalização do bairro, a Procuradoria Geral do Município, parte integrante do referido Grupo de Trabalho, visando a agilizar o processamento das ações, efetuou a desistência de várias ações pendentes, além de propor prioridade na efetivação das ações expropriatórias. Tal procedimento foi possível devido à:
- deliberação da Assembléia da Associação de Moradores e à autonomia de ação da Procuradoria Geral do Município
 - autonomia de ação da Procuradoria Geral do Município e à transformação do bairro em Área de Proteção Ambiental
 - transformação do bairro em Área de Proteção Ambiental e à autorização do Prefeito
 - autorização do Prefeito e à deliberação da Assembléia da Associação de Moradores
- 72.** A Lei nº 9.985/2000 institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, dividindo-as em dois grupos: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável. Esses grupos abrangem diferentes categorias de áreas adotadas em todo o país. Dentre essas categorias, a que foi criada exclusivamente para o Município do Rio de Janeiro, é denominada:
- Área de Proteção Ambiental - APA
 - Área de Relevante Interesse Ecológico - ARIE
 - Área de Proteção do Ambiente Cultural - APAC
 - Área de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana - APARU
- 73.** O Decreto Federal nº 3.551/2000 instituiu o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. Este decreto determina que tal registro seja feito em um dos seguintes Livros de Registro: dos Saberes, das Celebrações, das Formas de Expressão e dos Lugares. A inscrição em qualquer um dos livros de registro deverá ter sempre como referência:
- os espaços onde se concentram e se reproduzem as práticas culturais coletivas identificadas
 - a relevância dos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades
 - a natureza do bem e sua influência na vivência coletiva e na formação da sociedade brasileira
 - a continuidade histórica do bem e sua relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira
- 74.** Considerando o aumento populacional da Cidade do Rio de Janeiro, sem a correspondente construção de unidades habitacionais; a existência de grande número de obras em unidades residenciais, executadas sem licença; e, ainda, o fato de que essa situação de irregularidade criava grandes dificuldades na comercialização de imóveis, foi editado, em 1990, o Decreto nº 9218/90, que permite a legalização das obras existentes de construção, modificação e acréscimo em lotes, lotes de vila ou em parcelas de lote segundo critérios definidos. O referido Decreto, com regras especiais de licenciamento, a princípio de validade transitória, teve sua duração prorrogada e continua em vigor até os dias atuais. As disposições deste Decreto não se aplicam à legalização de obras em unidades residenciais no seguinte contexto:
- situadas em áreas submetidas a regime especial de proteção ambiental
 - com três pavimentos, qualquer que seja a sua natureza
 - em lotes de vila e superpostas
 - no entorno de bens tombados
- 75.** Um dos instrumentos previstos no Estatuto da Cidade que, efetivamente, está voltado para a redução das desigualdades sociais, na direção do atendimento das funções sociais da cidade e da propriedade, é a Usucapião Especial Urbana Coletiva, importante para a regularização fundiária de favelas e loteamentos clandestinos, beneficiando grande parte da população dos centros urbanos brasileiros até hoje à margem da legalidade. Segundo o Estatuto da Cidade, na ação de Usucapião Especial Urbana, é obrigatória a intervenção:
- do Ministério Público
 - da Defensoria Pública
 - do Poder Executivo Municipal
 - do Poder Legislativo Municipal
- 76.** O direito de preempção, regulamentado nos artigos 25 a 27 da Lei nº 10.257/2001, pode incidir sobre imóveis urbanos públicos ou privados. Este direito será exercido sempre que o Poder Público necessitar de áreas para atender às funções sociais da cidade, segundo a política urbana estabelecida no município, excluindo-se aquelas destinadas a:
- criação de áreas verdes
 - implantação de vilas olímpicas
 - constituição de reserva ambiental
 - implantação de sede administrativa de órgão público

77. O meio ambiente é considerado um bem de interesse difuso e a legislação brasileira criou instrumentos especiais para protegê-lo. Por essa legislação, aquele que provocar dano ambiental, ainda que involuntariamente, deve ser responsabilizado e obrigado a reparar o prejuízo causado. Nesse caso, a cobrança dos danos deverá ser feita, obrigatoriamente, através da ação denominada:
- A) ordinária
 - B) civil pública
 - C) civil popular
 - D) expropriatória
78. A Prefeitura do Rio recentemente demoliu residências no Canal das Taxas, construções irregulares situadas na esquina com a Avenida Hermes de Lima, no Recreio dos Bandeirantes. A ação teve como objetivo liberar a Faixa de Proteção do Canal das Taxas, necessária para o término das obras de ampliação da referida via. A realização desta ação está embasada nos seguintes dispositivos legais:
- A) Plano Diretor Decenal e Regulamento de Parcelamento da Terra
 - B) Lei Orgânica Municipal e Regulamento de Parcelamento da Terra
 - C) Lei Orgânica Municipal e Regulamento de Licenciamento e Fiscalização
 - D) Plano Diretor Decenal e Regulamento de Licenciamento e Fiscalização
79. Segundo a Lei Federal nº 9.985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, uma área, em geral de pequena extensão, com pouca ou nenhuma ocupação humana, que apresente características naturais extraordinárias ou abrigue exemplares raros da biota regional e tenha como objetivos manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso admissível dessas áreas, de modo a compatibilizá-lo com os objetivos de conservação da natureza, define-se como:
- A) Parque Ecológico
 - B) Reserva Biológica
 - C) Área de Proteção Ambiental
 - D) Área de Relevante Interesse Ecológico
80. Segundo o Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro, para o controle do uso e da ocupação do solo, é obrigatória a solicitação de licença para:
- A) obras públicas
 - B) construção de passeios
 - C) pavimentação a céu aberto
 - D) instalação de bombas elevatórias de água